



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Secretária Nacional da Proteção Global**  
**Diretoria de Proteção dos Direitos Humanos**  
**Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional**  
**Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**

**13ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

**Data e horário:** 08 de abril de 2021, de 08:30hs às 12h30h. E 09 de abril de 2021

**Local:** virtual

**Telefone para contato:** (61) 2027-3337

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

**1. Abertura**

**1.1. Registro dos membros**

Horário do início do ponto de pauta: 08h47

Condução: vice-Presidência e Secretaria Executiva do CNPCT

Quórum para abertura: 15 membros

Instalação do quórum

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SNPPIR/MMFDH	3. JG
4. SG/PR	4. RENILA
5. SEGOV/PR	5. UBM
6. MD	6. SOMOS
7. MRE	7. COADE
	8. UFRN
Soma RG: 7	Soma SC: 8
Total: 15	

**1.2. Leitura e adoção da pauta da 13ª Re CNPCT.**

**2. Abertura**

**2.1. Informes da secretaria executiva**

A Secretaria Executiva do CNPCT abriu espaço para apresentação do novo convidado permanente, Luciano Mariz Maia, representante da 7ª Câmara da PGR/MPF.

**2.2. Informes dos membros e convidados**

- Dado o informe pela representante do CFOAB, Vitória Buzzi, sobre o convite feito ao Escritório do Alto Comissariado da ONU para participação da reunião do Comitê e como observador do processo de eleição da sociedade civil.

- Sylvia Dias, representante da APT, dá as boas-vindas ao Dr. Luciano Mariz Maia na composição do CNPCT, e da importância da sua participação quanto convidado nos trabalhos do CNPCT. Foi informado pela convidada que foi manifestado interesse do representante do Alto Comissariado da ONU para a América do Sul e da SPT, em participar das reuniões do CNPCT.

- A Vice-presidência agradece os informes, e informa que qualquer convite seja centralizado na pessoa da Ministra através da Mesa Diretora. Os referidos convites não foram encaminhados nem à mesa diretora nem à Coordenação de Apoio do CNPCT.

- A representante da UFRN, Cândida Souza, informou ao plenário sobre o recebimento de um ofício do MMFDH que trata da análise de legalidade, realizada pela CONJUR, da representação da UFRN como entidade de sociedade civil. O gabinete da Presidência do CNPCT teria pedido a nulidade das votações em que a UFRN votou em todos os atos administrativos no decorrer dos anos de trabalho desse biênio.

- Caio Klein, representante da SOMOS, informa que recebeu o parecer da consultoria jurídica que trata do início dos trabalhos do atual biênio do CNPCT. O entendimento da CONJUR é de que o atual mandato se encerraria de acordo com a data do Decreto de 2019, em 25 de junho de 2021. O representante pede atenção à demora da nomeação pela Presidência da República, além da inércia do Ministério quanto à convocação da primeira reunião ocorrida em outubro de 2019, perdendo três meses de mandato do referido biênio. Manifesta também sua opinião quanto à consulta da legalidade da UFRN, dando a impressão de que o Ministério tende a inviabilizar o bom funcionamento do CNPCT. Essa ação do Ministério, ao ver do senhor Caio, tende à anulação dos termos legais do 5º processo de seleção do MNPCT.

- Quanto à nomeação dos peritos do MNPCT, foi dado o esclarecimento sobre a demora no trâmite do andamento do processo, bem como atos que postergaram a nomeação dos peritos.

- Joviniano, representante do Comitê Estadual da Bahia, apresenta as observações. Dizendo que o processo anterior de seleção do CNPCT previa a participação da Universidade, e ser questionado posteriormente. Informou que a designação do biênio passado a nomeação foi dada com sete meses de atrasos após a conclusão do processo de eleição. Solicitou também que fosse encaminhado algo em alusão ao dia Internacional contra a Tortura. Informou também que o Governo do Estado da Bahia criou o dia Estadual de combate à Tortura, 4 de novembro, em alusão a morte de Carlos Marighela.

- Frei David, representante da EDUCAFRO, levanta dois pontos de fala. O primeiro ponto é em relação ao tempo do mandato da sociedade civil, se deveria ser contado a partir da publicação do Decreto de nomeação ou da data da posse dos membros do colegiado. No segundo ponto, expressa a sua surpresa e perplexidade com a postura do Ministério e do governo, em que não assessorou a Ministra quanto ao ato que questiona da legalidade da UFRN. "O ato é um absurdo, um golpe, não contra a UFRN, mas contra a sociedade civil". Propõe a criação de um grupo de *WhatsApp* a fim de articular para entrar imediatamente contra a União, ressalta que é um ato

violento e injusto contra a sociedade civil. Questiona quais pautas machucaram o governo, a ponto de buscar esse subterfugio tão baixo quanto esse. Solicita a publicidade do ofício enviado para a representante da UFRN, para dar publicidade na imprensa, e entrar na justiça contra o Ministério. “Golpe baixo querer cancelar todos os atos votados pelo CNPCT”. Registrada a fala do Frei David.

- A Vice-presidência ressalta a importância do aprimoramento dos processos de seleção, a convalidação de todos os atos da natureza jurídica da UFRN.

- Dado esclarecimento do representante do MMMFDH, Marco Vinicius, sobre direito da administração de rever os atos da administração. Foi esclarecido que essa consulta foi feita, tento em vista a natureza jurídica da UFRN, que a entidade se enquadra como autarquia federal.

- Solicitado pela APT esclarecimento quanto à nomeação dos peritos do MNPCT.

- Dado o informe pelo representante da Conectas, Henrique, sobre a decisão do STF que preserva o regimento interno dos órgãos colegiados. Levanta também o ponto sobre o atraso dos atos de ofício, sobre fazer cumprir as decisões do plenário, sobre a publicação de uma resolução definida na última reunião ordinária.

- Caio pede que o *chat* da reunião virtual seja anexado aos documentos da ata. Informa que os atos judiciais não impedem a nomeação dos peritos do Mecanismo.

- Esequiel levanta a importância da fala dos membros do colegiado, e o excesso de fala dos observadores e convidados, e deve se limitar à pauta e não a ataques políticos.

- Após todos os informes e registros, foi passado ao ponto de pauta do Edital de eleição da sociedade civil.

- A coordenação do Comitê apresenta alguns esclarecimentos, em que o parecer da CONJUR é desfavorável quanto à anulação de atos votados pela UFRN. Dado o esclarecimento sobre o andamento do processo de seleção do MNPCT. Sobre os recursos impetrados pela senhora Ludmila e Ronilda Vieira. No caso de Ronilda, ganhou o direito a entrar pela vaga de deficiente, tirando um candidato selecionado pela comissão de seleção. O processo foi consultado quanto à necessidade de vaga para deficiente, e se as vagas para ampla concorrência, são para as onze vagas ou apenas as três do processo atual. Quanto ao mandato dos membros do colegiado, a CONJUR entende que o marco temporal do mandato se dá pelo ato designatório do Presidente da República, dia 24 de junho de 2019, e não a data da posse. Quanto ao informe dado pelo Henrique da Conectas, o coordenador João Lança pede que qualquer informação ou solicitação de andamento, seja feita diretamente a ele, e não ao apoio administrativo do comitê. Os encaminhamentos são atualizados na planilha, e por conta do surto de covid no ministério, alguns processos tiveram atrasos. Não sendo como justificativa, mas apenas para informe ao colegiado, sobre o atraso do ato, que se refere a resolução da vedação de atendimento de adolescentes em Comunidades terapêuticas.

### 3. Administrativo

#### 3.1. Discussão do Edital do Processo de Eleição dos Membros da Sociedade Civil

(Matéria não votada)

Discussões:

- Informado pela coordenação de apoio que recebidas as contribuições da sociedade civil, foi feito um novo cronograma, com a previsão de publicação do edital para o dia 30 de abril, contemplando a continuidade do CNPCT. Esse cronograma prever que até o dia 13 de agosto, enviado com um mês de antecedência para a Presidência com o decreto de designação dos membros. Até o dia 13 tenhamos uma designação publicada, e no dia 26 de agosto tenhamos a posse dos novos designados. As contribuições enviadas pela sociedade civil foi seguir o edital anterior, ficando pendente a inclusão das vagas de ações afirmativas.

- Henrique apresenta como foi feita as sugestões no edital de eleição do CNPCT. Apenas tendo controvérsia em torno do governo, em que o governo vai conduzir o processo aceitando ou não contribuições da sociedade civil.

- A Justiça Global, representada pela suplente Daniela, alega que esse edital deverá ser aprovado em plenária em construção da sociedade civil, e não apenas conduzido apenas pelo governo.

- O convidado, Joviniano, representante do Grupo Tortura Nunca Mais, da Bahia, informa que o Edital anteriormente era aprovado pelo plenário do CNPCT e apenas efetivado pelo Ministério. Ele sugere que o edital seja colocado em tela, para que sejam feitos os destaques da plenária e que seja encaminhado para votação.

- Começa discussão entre a Vice-Presidência e os membros de sociedade civil quanto ao encerramento do ponto de pauta do edital. A Vice-Presidência decide que as contribuições da sociedade civil não serão colocadas em votação.

- Frei David ressalta que se o ponto de pauta for retomado ele estará disponível para debate, caso contrário, ele solicita reunião extraordinária com a Ministra para que ela diga que não permitirá que a sociedade civil exerça suas prerrogativas, e não jogue seus funcionários para dizer isso. Frei David pede que conste em ata que todas as votações em que a UFRN vota, a EDUCAFRO vota favorável com a UFRN.

- Frei David pede vista da matéria do edital. A Vice-Presidência decide que o edital não é matéria dessa reunião, e não pode haver pedido de vista.

- Registrada a fala do representante da SOMOS. O MNPCT não declinou da sua fala, apenas pediu a prioridade ao edital. E da importância do registro da opinião do colegiado, e não apenas da sociedade civil. O colegiado tem que ter a oportunidade de debater, propor e votar qual é a visão sobre o processo de eleição. Registrado pelo representante que o CNPCT está sendo usado como freio do governo.

- Sociedade civil, em diversas falas, pede que as alterações sugeridas pela sociedade civil sejam encaminhadas à votação, e que o texto final do edital seja encaminhado à Ministra. Vice-Presidência resolve não colocar as alterações sugeridas para votação.

- Apresentada as alterações da sociedade civil no edital de eleição, acrescido texto conforme documento anexo a esse sumário executivo.

- Após alterações, Frei David pede que se registre em ata que toda sociedade civil aprova as alterações feita no edital, mesmo a matéria não sendo colocada para votação.

#### **4. Temática**

Mecanismo ressalta a importância dos pontos a serem apresentados, mas entende que a finalização dos debates do ponto do edital é vital para o funcionamento do MNPCT. Por esse motivo, o Mecanismo entende que o edital deverá ser priorizado e posteriormente o Mecanismo apresentará os pontos em questão em uma próxima reunião do CNPCT.

#### **5. Encerramento**

A reunião é encerrada, e a vice-presidência convoca o plenário para mais um dia de reunião no dia 09 de abril, no mesmo horário.

\*\*\*\*



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Secretária Nacional da Proteção Global**  
**Diretoria de Proteção dos Direitos Humanos**  
**Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional**  
**Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**

**13ª REUNIÃO ORDINÁRIA – SEGUNDO TURNO**  
**COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

**Data e horário:** 09 de abril de 2021, de 08:30hs às 12h30h. E 09 de abril de 2021

**Local:** virtual

**Telefone para contato:** (61) 2027-3337

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

**1. Abertura**

**1.1. Registro dos membros**

Horário do início do ponto de pauta: 08h45

Condução: vice-Presidência e Secretaria Executiva do CNPCT

Quórum para abertura: 15 membros

Instalação do quórum

<b>Representantes de Governo</b>	<b>Representantes da sociedade civil</b>
1. SNPG/MMFDH	1. CFOAB
2. SNPIR/MMFDH	2. CFP
3. SG/PR	3. JG
4. MD	4. RENILA
5. MRE	5. UBM
	6. COADE
	7. UFRN
	8. UBM
	9. MNU
	10. CONECTAS
Soma RG: 5	Soma SC: 10
Total: 15	

**1.2. Apresentação dos presentes na reunião.**

## 2. Temática – MNPCT

- 2.1. Garantia de vacinação para as pessoas privadas de liberdade,
- 2.2. Retorno presencial das audiências de custódia,
- 2.3. Reestruturação do Mecanismo (recomposição da equipe de peritos, equipe técnica e garantia do funcionamento - diárias e passagens).
- 2.4. Acompanhamento dos desdobramentos do Decreto 9831/2019 pelo Comitê.

- Os dois primeiros pontos foram apresentados pelo perito Ribamar Araújo, onde apontou o agravamento dos óbitos dentro do sistema prisional, e recrudescimento da comunicação, devido ao cerceamento ao direito de visita dos presos. Explicou a importância da visita no sistema prisional. Apresentou o problema relacionado a deficiência na alimentação, onde presos ficam até 13 horas sem alimentação. A tortura em um cenário de incomunicabilidade.

- Apresentou ao colegiado a informação sobre o surto de Beribéri (Decorrente da falta da vitamina tiamina, que faz parte do complexo B1 e deve ser ingerida diariamente, o beribéri é uma doença causada principalmente por uma alimentação monótona. Sintomas: fraqueza nas pernas, diminuição da força nas pernas, dormência e edema nos membros inferiores, dificuldade de caminhar e dor na panturrilha. Dispneia (falta de ar) e cansaço);

- Dado informe sobre a elaboração do protocolo de reentrada na pandemia no sistema prisional. Informou também que o Relatório de Inspeção do Estado do Acre já está disponível no site do MNPCT, juntamente com o protocolo de reentrada. Frisou a importância do Comitê manter uma de suas prerrogativas principais, que é o monitoramento das recomendações do MNPCT.

- A Vice-presidência, sugere o diálogo do MNPCT com o Depen para alinhar as demandas que o Mecanismo tem em relação ao sistema prisional, a fim de facilitar o diálogo com os estados.

- O Mecanismo pede que o CNPCT, voltado a sua normalidade, acompanhe as recomendações do Mecanismo, que muitas vezes não estão sendo cumpridas

**Encaminhamento: Que os representantes dos Ministério da Saúde e Cidadania informe os dados sobre vacinação, óbitos e contágios pela COVID-19 em Pessoas Idosas Institucionalizadas em Instituições de Longa Permanência de Idoso (ILPI's).**

- A coordenadora Geral do MNPCT, Bárbara Coloniese, expressou a sua preocupação quanto as perdas que o Mecanismo vem sofrendo nos últimos dois anos, desde a publicação do Decreto 9.831, de 10 de junho de 2019. Além da falta de orçamento para emissão de passagens e diárias definidas para as visitas de inspeção em todo o território nacional. Mencionou a perda administrativa com servidores terceirizados e ATPs, além da perda de emenda parlamentar, que foi perdida devido aos entraves burocráticos do Ministério. E por fim, a preocupação com a demora na nomeação dos novos peritos do Mecanismo.

- O representante da SOMOS, afirma a sua preocupação com os entraves que o CNPCT e o MNPCT vem sofrendo no novo governo, e expõe a sua visão de que os processos de entraves não são burocráticos, mas de interesse político.

**Encaminhamento: criação de um grupo para dialogar com o gabinete da Secretaria Nacional de Proteção Global, a fim de sanar as demandas do Mecanismo: quadro de servidores, diárias, passagens, nomeações dos novos peritos, e vacinação dos peritos. Compõe o grupo. Sávio Andrade (Ministério da Defesa), Esequiel Roque (SNPIR), João Lança (SNPG). Fica definido que o grupo trará informação na próxima reunião plenária que se realizará no dia 15 de abril.**

**Encaminhamento: Mesa Diretora trazer na próxima reunião do CNPCT, Resolução com os prazos para definir o fluxo e o tempo relacionados as demandas de encaminhamento das reuniões, a fim de obter resposta dos órgãos demandados.**

- A Coordenação de Apoio pede apoio dos membros do CNPCT, para que acompanhem juntamente com a coordenação, as respostas dos encaminhamentos enviadas pelos órgãos.

- O representante Caio aponta seu desapontamento com a falta da decisão do colegiado que diga ao ministério para tomar providências sobre as demandas apresentadas pelo MNPCT.

- A vice-presidência reitera o encaminhamento que um grupo irá se reunir com a SNPG e trará resposta ao colegiado na próxima reunião ordinária.

### **3. Encerramento**

\*\*\*\*